



boletim



Ano 13, Nº 100 - Setembro de 2023

CONTYΑ - CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais



O sindicalismo brasileiro no século XXI

por Israel Luz

Este Contracorrente é especial. Primeiro porque chegamos ao nº 100, uma marca que merece ser comemorada. Segundo porque esta edição é voltada para o 5º Congresso da CSP-Conlutas. De distintos modos, a análise sobre as mudanças no movimento sindical brasileiro dos anos 80 até hoje perpassam todas as elaborações do Ilaese. Considerando que este assunto é bastante atual, nos debruçaremos sobre ele nas próximas páginas.

Boa leitura!



(31) 9697-4672



ilaese@ilaese.page



.com/ilaese



@ilaese.org.br



.com/c/ilaeseorgbr

O Novo Sindicalismo envelheceu mal

O sindicalismo do final dos anos de 1970, nascido na luta contra a ditadura civil-militar, teve como alguns de seus princípios fundamentais a independência dos governos burgueses, a democracia e a organização de base. Esses ideais eram o exato oposto do que caracterizava o peleguismo do período. Ainda mais: iam de encontro à estrutura legal que submetia as organizações trabalhadoras ao Estado brasileiro.

No começo do século XXI, contudo, consolidou-se uma mudança de rota. Com a eleição de Lula e do industrial José Alencar, o sindicalismo brasileiro passou a se entender como parte do governo. Num nível até então inédito, dirigentes sindicais de tradição, bem como entidades históricas, passaram a atuar como um ministério informal em nome dos interesses da presidência. Alguns chegaram a ocupar de fato ministérios centrais na gestão federal, como Antônio Palloci (Fazenda), Luiz Marinho (Trabalho) e Luiz Gushiken (Comunicação).

Em outras palavras, assumem definitivamente o compromisso com a governabilidade capitalista. O que isso significa? Quer dizer que deram suporte à aplicação de políticas neoliberais e antipopulares.

O governo interfere na condução das organizações através dos ex-dirigentes. Os dirigentes que permaneceram no movimento completavam o circuito fazendo chegar até as categorias as definições governamentais. CUT, PT e até mesmo MST compartilharam esse papel. Mas o arco de sustentação foi ainda mais amplo, se consideramos que dele faziam parte Centrais Sindicais como a Força Sindical, herdeira do peleguismo clássico, e a CTB.

Logo no primeiro ano de mandato, em 2003, essa ampla aliança mostrou a que veio com a contrarreforma na Previdência Social, mirando direitos dos servidores públicos. Não por coincidência, esse ataque dava continuidade ao projeto que o Governo de FHC havia realizado em 1998 para o setor privado.

Abre-se no movimento sindical um profundo debate. A Central Única dos Trabalhadores estaria saindo definitivamente do trilho, abandonando os princípios que haviam norteado a sua construção? A entidade que havia sido construída por fora da legislação sindical do país e se tornado a principal referência de massa nos movimentos sociais, estaria renunciando de vez à independência política?

Um *sindicalismo* para o século XXI

O advento da agenda neoliberal no Brasil da década de 1990 impôs mudanças profundas. Em particular, a desregulação das relações de trabalho aumentou a precarização e trouxe consigo o retrocesso das organizações trabalhistas emergidas da onda de lutas da década anterior. Cai o número de sindicalizados, um individualismo brutal ocupa o lugar do coletivismo, a estrutura sindical é cada vez menos questionada.

No começo dos anos 2000, o movimento sindical vive um processo de desgaste. As bases dos sindicatos estavam distanciadas das instâncias de deliberação. As direções viviam um forte processo de burocratização com disputas acirradas pelo aparato. Dirigentes utilizavam os bens do sindicato em benefício próprio. Não havia mais trabalho cotidiano de organização das bases, o que inviabiliza a democracia operária.

Com o comprometimento incondicional do setor majoritário do movimento sindical às políticas do Governo Lula, inicia-se um processo de distanciamento da CUT. As entidades de servidores públicos federais são as primeiras. Ainda no ano de 2003 desencadearam um processo grevista contra a reforma

da previdência. Uma intensa campanha foi desenvolvida, levando a um desgaste para o PT e a CUT, o que produziu uma acentuada ruptura no interior do petismo.

Uma parcela do movimento sindical, apoiada no questionamento do atrelamento do movimento ao Governo, produz um processo de ruptura. As assembleias de greve que se realizavam contra as reformas do Governo Lula vão dar corpo aos debates sobre o desligamento dos sindicatos da CUT. Essa decisão foi como um rastilho de pólvora no seio do movimento dos servidores federais e depois foi seguida por outras entidades.

Nos dias 30 de setembro e 01 de outubro de 2003 foi realizado em São Paulo um Seminário Sobre a Reforma Sindical e Trabalhista. Lá surgiu a ideia de continuar a discussão numa Plenária Sindical que seria realizada durante o Fórum Social Brasileiro, em janeiro do ano seguinte.

Na plenária, se aprovou a constituição de um Grupo de Trabalho que se reuniu logo em seguida em Brasília. Essa reunião aprovou resoluções que dariam curso ao desenvolvimento da necessidade de construir uma nova ferramenta para as lutas da classe trabalhadora. Uma das resoluções apontam a concretização dessa proposta:

“Convocar um grande Encontro Sindical Nacional com o objetivo de socializar e aprofundar as discussões acerca dessa situação e de constituir um Fórum de Lutas (com este ou outro nome que teremos que definir coletivamente) que permita unir forças e potencializar a mobilização dos trabalhadores. (Boletim da CELUTAS-Coordenação Estadual de Lutas do Rio Grande do Norte – 18 a 24 de janeiro de 2004).

O Encontro Nacional foi realizado em Luziânia (Goiás) com debates que apontaram a necessidade de se impulsionar a luta contra as reformas neoliberais do Governo Lula. Para avançar nesse sentido, seria necessário a constituição de uma organização nova, já que não se poderia contar com a CUT. Para consolidar essa proposta, foi aprovado a criação da CONLUTAS, Coordenação Nacional das Lutas. Outros setores que também romperam com o movimento sindical governista, terminaram se agrupando na INTERSINDICAL.

A Conlutas teria o papel de estimular o desenvolvimento de ações para fortalecer a luta da classe trabalhadora contra as reformas sindical e trabalhista do Governo Lula, atuando nos movimentos populares e sindicais para preservar a independência de classe.

Nessa perspectiva, um processo de reorganização perpassava não só as categorias organizadas em sindicatos. Em 2010 a mudança no nome explicita esta natureza da nova central, agora denominada Central Sindical e Popular CONLUTAS ou CSP-Conlutas.

Outras importantes iniciativas surgiram ao longo da década de 2010. Sobretudo, as novas feições da classe trabalhadora brasileira começaram a se expressar em organização sindical, ainda que sem esse nome. O exemplo das associações de entregadores de aplicativo é típico disto.

O congresso da CSP-Conlutas de 2023 se dá num cenário em que a adesão da maioria do sindicalismo à gestão capitalista é talvez mais expressiva que no período precedente. Um fato extremamente positivo e outro negativo oferecem o alibi. O primeiro é a vitória sobre Bolsonaro. O segundo é a sobrevivência da extrema direita a essa derrota.

A expectativa do movimento sindical em um governo com um grau mínimo que seja de enfrentamento com a burguesia não está autorizada pela história recente, como vimos. Pior ainda, repetir a adesão no contexto atual pode significar o fortalecimento, ali na frente, do campo burguês que perdeu a eleição.

Com nove meses de governo já temos: um Teto de Gastos chamado elegantemente de Novo Marco Fiscal, uma Reforma Tributária conservadora, manutenção da Reforma do E. Médio, Marco Temporal. Torna-se nítido que resgatar a independência de classe permanece tarefa fundamental e que a disjuntiva do movimento sindical é: se corresponsabilizar pelos planos econômicos antipopulares ou ter as mãos livre para enfrentá-los.

Novos desafios

Queremos destacar duas mudanças recentes que representam novos desafios ao movimento sindical. A primeira se liga aos efeitos da Reforma Trabalhista de 2017. A segunda à chamada Indústria 4.0.

1 Terremoto nos direitos trabalhistas

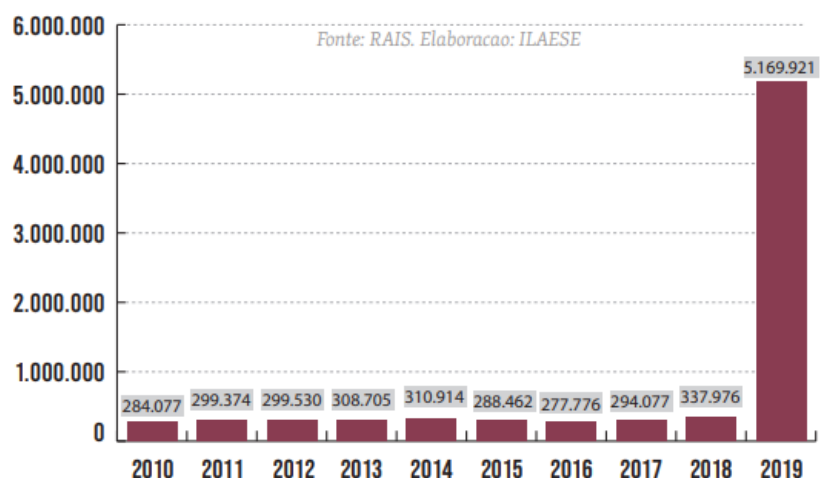
A Lei nº 13.467 de julho de 2017 foi sancionada pelo Presidente Michel Temer, depois de ser aprovada em caráter de urgência pelo Congresso Nacional. A reforma alterou em mais de cem artigos e parágrafos a legislação trabalhista vigente, com efeitos sobre as condições de trabalho, organização sindical, negociações coletivas e Justiça do trabalho.

Garantiu ao empregador diversas modalidades de contratação com custos inferiores, instituindo o contrato de teletrabalho, o contrato de trabalho intermitente e ampliando o contrato de trabalho em tempo parcial, que antes era limitado a 25 horas semanais. Estabeleceu o contrato de prestação de serviços nas atividades-fim, ou seja, possibilitou a terceirização de qualquer atividade, inclusive a atividade principal do empregador.

Revogou a obrigatoriedade da presença do sindicato na rescisão contratual com menos de um ano de duração. Com isso, trabalhador demitido não consegue questionar sozinho se os seus direitos estão sendo pagos corretamente.

Um dos objetivos da Reforma foi também diminuir o poder de negociação dos sindicatos. Estrangular financeiramente tinha importância nessa estratégia. O fim do imposto sindical compulsório afetou a maioria das entidades, incluindo algumas entidades de servidores públicos que recorreram a essa forma de financiamento de suas entidades. Já outras entidades de servidores públicos mantiveram sua tradição originária e optaram por não ter acesso a essa “contribuição” e, portanto, não foram afetados por essa medida.

CELETISTAS CONTRATADOS POR TEMPO DETERMINADO



2 Indústria 4.0 e subemprego em massa

As mudanças tecnológicas recentes abrem uma nova situação para as organizações de trabalhadores. O trabalho sem jornada e remuneração definidas, por demanda, sem direitos trabalhistas e a obrigatoriedade de manter os seus meios de trabalho compõe esta paisagem laboral.

É verdade que inicialmente essas condições apareceram como “liberdade” para o trabalhador. Mas hoje esse discurso

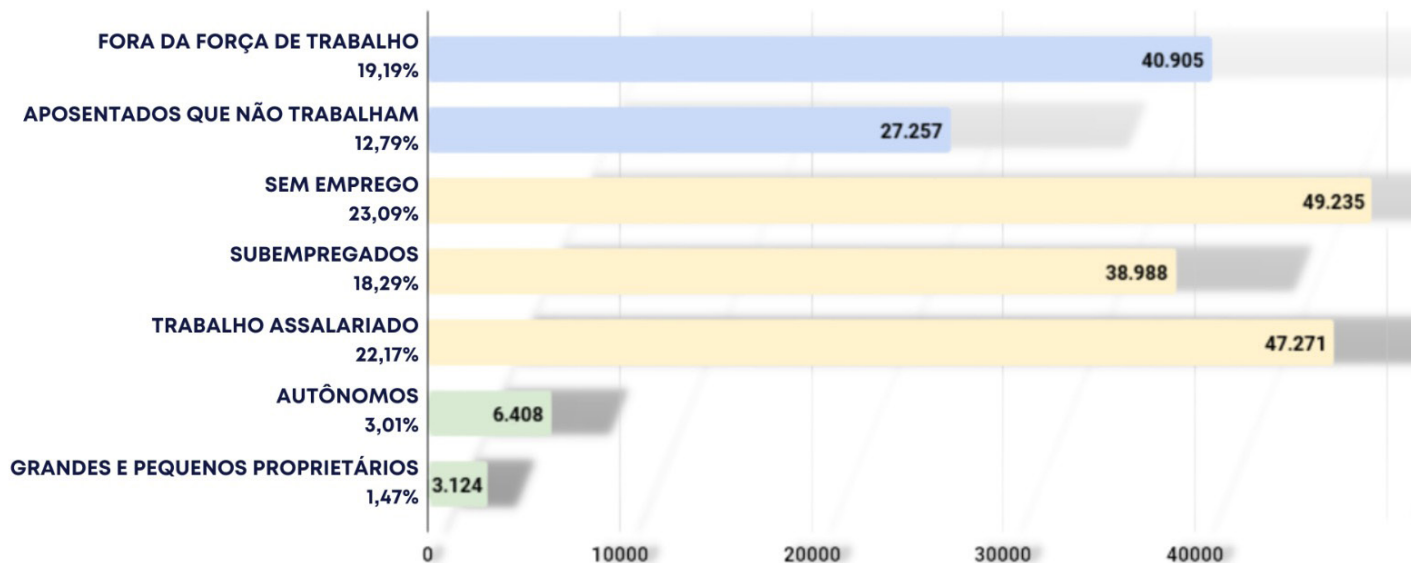
não se sustenta mais, principalmente pelas ações de denúncia de categorias como os entregadores de aplicativos.

A terceirização, a redução de garantia e salários, estimulada pela rotatividade no emprego, cristaliza uma alta taxa de desemprego e perpetua um gigantesco contingente de desempregados a que, como Marx, chamamos de exército industrial de reserva.

Divisão das classes sociais no Brasil em 2021

População total: 213,188 milhões de pessoas

(em mil pessoas)



Fonte: SPC Brasil, DATAPREV, PNAD-IBGE, IBGE, RAIS, CAGED. Elaboração: ILAESE

Como se vê, somando desempregados e subempregados em 2021, temos 88.223 milhões de pessoas, parcela bem maior que as pessoas incluídas nas categorias trabalho assalariado e autônomos, 53.679. É nesse contexto que é comum nas grandes cidades categorias como motoristas e entregadores de aplicativos, um dos símbolos do que tem se chamado de “uberização” das relações de trabalho.

A força da classe trabalhadora é *coletiva*

Como enfrentar a retirada de direitos se a maioria nem direitos tem? Em nossa análise, só um caminho: incluir a massa de pessoas sem emprego ou subempregadas nas lutas sindicais.

Se por um lado a classe trabalhadora precisa enfrentar a dispersão com as divisões impostas pelos capitalistas e governos, de outro os trabalhadores

precarizados mostram muita disposição de luta e se organizam. Protagonizam embates no mundo inteiro, se organizam nos sindicatos existentes ou criam organizações.

Neste sentido, está colocada a tarefa de unir toda a classe trabalhadora independentemente de a qual categoria pertence.



 (31) 9697-4672

 ilaese@ilaese.org.br

 [.com/ilaese](https://www.facebook.com/ilaese)

 [@ilaese.org.br](https://www.instagram.com/ilaese.org.br)

 [.com/c/ilaeseorgbr](https://www.youtube.com/c/ilaeseorgbr)

EXPEDIENTE

Contra-corrente é uma publicação mensa elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. Contato: Rua Curitiba, 862, sala 307. Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30170-124. Telefone: (31) 2520-2008 - (31) 9697-4672- ilaese@ilaese.org.br - www.ilaese.org.br. CNPJ 05.844.658/0001-01. Diagramação: Anna Sant'Anna.